## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ONDE ESTÃO OS PAIS?

Marli Marlene Moraes da Costa<sup>1</sup>
Maria Victória Pasquoto de Freitas<sup>2</sup>

A gravidez na adolescência, problema social contemporâneo, acarreta diversos prejuízos ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, principalmente do sexo feminino, fazendo com que haja uma transposição da fase infanto-juvenil para a adulta. As pesquisas vem demonstrando que apesar da consolidação dos direitos de crianças e adolescentes e da redução da natalidade em geral, os índices de gravidez precoce se mantém, evidenciando a imprescindibilidade de novas estratégias para a prevenção e possível erradicação da gravidez na adolescência.

A relevância da pesquisa demonstra-se ao realizar a análise dos países com maiores índices de gravidez na adolescência e observar que a América Latina e o Caribe apresentam os maiores índices, 65,5 nascimentos, enquanto a média mundial é de 46 nascimentos para cada mil mulheres (OPAS, 2018). Ainda, no Brasil em cada cinco nascimentos, um é fruto de gravidez na adolescência, o que evidencia a carência de informação, educação sexual, planejamento familiar e políticas públicas efetivas de prevenção e conscientização social.

\_

¹ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com pós-doutoramento em Direito pela Universidade de Burgos - Espanha, com bolsa CAPES. Professora da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas do PPGD da UNISC. Especialista em Direito Privado. Psicóloga com Especialização em Terapia Familiar. Membro do Conselho Consultivo da Rede de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Membro do Núcleo de Pesquisas Migrações Internacionais e Pesquisa na Região Sul do Brasil - MIPESUL. Integrante do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes (GTARI/UNISC). Membro do Conselho Editorial de inúmeras revistas qualificadas no Brasil e no exterior. Autora de livros e artigos em revistas especializadas. E-mail:marlim@unisc.br

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Mestranda em Direito com Bolsa Prosuc Capes Modalidade II na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Bacharel em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP), integrante do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas da UNISC. Endereço eletrônico: victoriapasquoto@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A pesquisa objetiva demonstrar o contexto da gravidez na adolescência no Brasil, utilizando de pesquisas e demonstrativos, bem como verificar a existência de ideologias e conservadorismo por detrás dos órgãos que realizam a extração de dados e a publicação de materiais sobre a gravidez precoce. Assim, o problema de pesquisa gira em torno do questionamento: "Por quais motivos as pesquisas excluem o papel masculino/paternal quando se trata de gravidez na adolescência?". Para realização da pesquisa se utilizou do método dedutivo e o procedimento monográfico.

A gravidez na adolescência traz diversos prejuízos ao crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes e, principalmente, de meninas que de modo repentino tem de superar o período infanto-juvenil e ocupar o papel de mãe e, diversas vezes, o de esposa – uma vez que a causa principal para ocorrência do casamento precoce é a gravidez inesperada.

No mesmo sentido, a gravidez precoce prejudica a emancipação feminina, ocasionando a evasão escolar, ingresso precoce no mercado de trabalho, desqualificação, violência, diminuição de oportunidades, etc. Além de que é mais comum a ocorrência de maus tratos contra os bebês quando a mãe é adolescente, seja por falta de maturidade ou condições psicológicas para cuidar da criança ((DIAS; TEIXEIRA, 2010, P. 125).

A Região Nordeste é a que mais apresenta gravidez precoce nas faixas etárias de 10 a 14 anos de idade (8.643) e de 15 a 19 anos (154.439) e a Região Centro-Oeste a de menor ocorrência, 37.721 nascimentos entre as faixas etárias acima mencionadas (BRASIL, 2018). Na Região Sul os números são alarmantes, um total de 52.146 nascimentos advindos de gravidez na adolescência, o que demonstra a imprescindibilidade de atenção e estratégias para prevenção e enfrentamento desse problema.

Sabe-se que os indicadores não representam a realidade de milhares de meninas que tem seus planos interrompidos pela gravidez, demonstrando apenas uma parcela do problema. Além da não abrangência integral das pesquisas, outro fator preocupante é a construção social que envolve a reprodução nas adolescentes,

como é realizada a extração de dados para as pesquisas e a ideologia por detrás dos órgãos, dificilmente identificável (BRASIL, 2018, P. 175).

Antes de adentrar a crítica sobre a ausência de dados sobre a paternidade em casos de gravidez na adolescência, é importante destacar o papel dos pais e familiares quanto ao dever de informar os adolescentes sobre questões sexuais e os riscos de relacionamentos sexuais sem as devidas precauções, parte desse silêncio se dá pelo tabu em torno do tema da sexualidade e suas dimensões.

Quando se fala popularmente e em pesquisas (governamentais e não governamentais) sobre gravidez na adolescência, na verdade se quer dizer "a adolescente grávida" ou "maternidade na adolescência", simplesmente desconsiderando o papel masculino na paternidade e fazendo uma segregação de gêneros quando se trata da problemática (BRASIL, 2018, P. 175). Dentre as causas multifatoriais que justificam a invisibilidade paterna, evidenciam-se que o filho é, geralmente e culturalmente, atribuído somente a mãe; o homem — criança, adolescente ou adulto — é visto como irresponsável, inconsequente e infantil. (BRASIL, 2018, P. 175)

Desta forma, as meninas grávidas são até mesmo aconselhadas com frases como "nem adianta procurá-lo que ele não quer nem saber!" (BRASIL, 2018, P. 175) ou unicamente responsabilizadas pela gravidez precoce e indesejada, como se a obrigação de prevenção fosse unicamente feminino.

Finalmente, da análise e extração de dados se observa que há um "muro do silêncio" no que diz respeito a paternidade na adolescência, o que leva a concluir que a ideologia conservadora e machista ainda influem na realização de pesquisas e estudos sobre gravidez na adolescência, quando pressupõe-se somente a existência feminina nesse problema sócio-familiar.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde; Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e Cuidar da Saúde de adolescentes na atenção básica.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger\_cuidar\_adolescentes\_atencao\_basica\_2ed.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger\_cuidar\_adolescentes\_atencao\_basica\_2ed.pdf</a>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

## OPAS. América Latina e Caribe têm a segunda taxa mais alta de gravidez na adolescência no mundo. 2018. Disponível em:

<a href="https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\_content&view=article&id=5604:america-latina-e-caribe-tem-a-segunda-taxa-mais-alta-de-gravidez-na-adolescencia-no-mundo&Itemid=820>. Acesso em: 17 jun 2019.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Gravidez na adolescência:** um olhar sobre um fenômeno complexo. Paidéia (Ribeirão Preto) v.20, n.45, abr. 2010. Disponível em:

<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-863X201000100015">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-863X2010000100015</a>. Acesso em 10 set. 2019.